

Congresso inicia esforço no dia 12

O Congresso Nacional, que reinicia suas atividades sexta-feira, depois de um mês de recesso, já tem marcado para os dias 12 a 14 de agosto, um esforço concentrado. Nesse período deverão ser apreciados importantes projetos constantes da pauta da Câmara e do Senado, inclusive o novo Plano de Metas do governo Sarney, a lei de greve, o pacote antiviolença e o projeto que amplia para o triplo o número de candidatos que cada partido pode apresentar às eleições de novembro, independentemente de coligação.

Ontem de manhã, no Palácio do Planalto, o presidente em exercício, José Fragelli, esteve reunido com o chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, e com o líder do Governo no Senado, Alfredo Campos, definindo o calendário do novo esforço concentrado. Campos garantiu que "o esforço já está acertado no Senado e falta apenas ajustá-lo na Câmara".

O líder do Governo informou que é intenção aprovar logo o seu projeto que amplia o número de candidatos que podem disputar vagas nas eleições para a Câmara e Assembleias Legislativas, alterando decisão do Tribunal Superior Eleitoral. Ele pretende manter negociações com os líderes do PFL e do PDS no Senado para conseguir apoio ao projeto.

Apesar da pauta incluir matérias enviadas pelo Executivo, com os pacotes econômico e antiviolença, além da criação do Fundo de Prevenção, Recuperação e Combates às Drogas, que o Governo considera importantes, a previsão é de que eles não serão suficientes para atrair ao plenário o número de parlamentares necessários à aprovação. São propostas que não obtêm consenso das diversas bancadas partidárias e que exigirão quorum mínimo de 240 deputados para votação, o que muitos acham difícil de alcançar. Só a ordem-do-dia da Câmara está com 158 projetos aguardando votação nesse segundo semestre, que coincide com o período de campanhas para as eleições de governadores e Constituinte, contribuindo ainda mais para o esvaziamento do Congresso.

A falta de quorum neste esforço concentrado fará com que o pacote econômico, recentemente editado pelo Governo, seja aprova-

do por decurso de prazo, uma vez que se trata de decreto-lei.

O chamado pacote da violência é composto por três projetos de lei oriundos do Executivo: um, altera a Lei Fleury, de modo a não permitir que o réu, mesmo primário e de bons antecedentes, possa apelar da sentença em liberdade; o outro regulamenta as atividades particulares da vigilância armada; e, o último, institui o Sistema Nacional de Armas, Munições e Explosivos com a finalidade de, entre outras atribuições, assegurar o controle das armas de fogo e uso permitido.

De caráter estritamente político, há o projeto que o líder do PMDB no Senado, Alfredo Campos, está elaborando para ser apresentado no início das atividades do Congresso, ampliando de uma vez e meia para o triplo o total de candidatos que os partidos podem inscrever para as eleições de novembro. A matéria já havia sido votada pelo Congresso em junho e regulamentada pelo TSE em julho, mas provocou muitas reclamações principalmente entre os peemedebistas em função do excesso de candidatos para as poucas vagas existentes.

O PFL e o PDS já se manifestaram contra a tentativa do PMDB de votar novamente o projeto, e a ten-

dência de alguns dos pequenos partidos deve ser a mesma. Sem o apoio do PDS e do PFL, o PMDB dificilmente conseguirá aprovar a proposição do senador Alfredo Campos, cuja tramitação iniciará pelo Senado.

A Câmara deverá votar, ainda, pedido de autorização para reformar o plenário, de modo a adequá-lo às necessidades da Assembleia Nacional Constituinte.

No próximo dia 6 os deputados Israel Pinheiro Filho (PMDB/MG), Bocayuva Cunha (PDT/RJ), Vasco Neto (PSC/BA), Celso Amaral (PTB/SP) e José Genolino (PT/SP) vão se reunir na casa do presidente da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, para uma conversa final sobre o projeto de Oscar Niemeyer, antes de encaminhá-lo a plenário para votação, no esforço concentrado que se inicia dia 12.

No Senado além do projeto de Alfredo Campos sobre as coligações partidárias, deverão ser votados os projetos que proíbe a demissão imotivada e que suspende ações de despejo de imóveis residenciais até março do ano que vem, ambos já aprovados pela Câmara. O Senado tentará também, se possível, apreciar as matérias que forem sendo aprovadas pela Câmara.